

Embora, a partir de 1975, o atual traçado da rodovia MA-280, braço direito da expansão agropastoril na ligação dos municípios de Montes Altos a Sítio Novo, passando a cerca de 300 metros da aldeia Taboquinha (São José) — a única hoje existente — tenha cortado ao meio o território tradicional do povo **Krikati**, um perigo ainda maior começou a marcar ostensivamente sua presença nessa região de floresta pré-amazônica: é o Projeto Grande Carajás.

Ontem, donos de uma imensa faixa de terra na região Centro-Oeste do Maranhão, os **Krikati** foram aos poucos perdendo grande parte de seu território, com a penetração das frentes de expansão da sociedade nacional. O rio Tocantins, na microrregião de Imperatriz, foi utilizado como instrumento dessa expansão agropastoril. O território dos índios, na direção do rio Tocantins, foi encurtado e o surgimento dos municípios de Montes Altos, Sítio Novo e Amarante incorporou terras desse povo. Em meio às conversas informais entre eles, antropólogos, missionários e moradores da região, os **Krikati** costumam dizer que a cidade de Imperatriz — porta de entrada do latifúndio no Maranhão — foi edificada em cima dos restos de uma grande aldeia indígena.

Em 1982, a Chesf (hoje Eletro-norte) atravessou a área desse povo, com uma linha de alta tensão. E, com a "indenização" paga pela Chesf, os índios adquiriram um caminhão, um trator, implementos agrícolas e algumas cabeças de gado.

Hoje, a euforia do Projeto Carajás tomou conta dos **Krikati**. Preocupado, o padre Válber Konxá, do Regional do Cimi Maranhão-Goiás, diz que os inúmeros atrativos da movimentação agressiva de projetos agrícolas, incentivados e implementados pela 6ª Delegacia Regional da Funai em São Luís, criam necessidades que fazem os índios esquecerem, pelo menos em um primeiro momento, até mesmo de suas brincadeiras tradicionais. Válber acredita que o Projeto Carajás colocou para os índios uma quase que obrigatoriedade de necessidades materiais crescentes, sempre com o objetivo de obtenção de benefícios prometidos.

Promessas não faltam. Em conversa com o PORANTIM, o cacique Benjamin Krikati falou que "o Projeto prometeu para nós trator, roças, projetos agrícolas etc. Mas até agora não fez nada disso".

DEMARCAÇÃO

Além do Projeto Carajás, 17 grandes fazendas e inúmeras famílias de lavradores sem terra — tendo no povoado de Quiosque uma de suas pontas-de-lança — funcionam como dois focos de pressões para impedir o andamento do processo de demarcação das terras dos **Krikati**. Os fazendeiros sem-

"O Projeto
prometeu para nós
trator, roças,
projetos agrícolas etc.
Até agora não
fez nada disso"



Carajás e estrada desestruturam os Krikati

pre ameaçam usar de violência para não permitir a realização da demarcação do território indígena. Ilhados por posseiros e por fazendeiros, a questão da demarcação de suas terras é crucial na história dos **Krikati**; permeia todas as dimensões de sua existência atual e é o elemento básico de seu projeto e possibilidade de futuro, segundo atestam documentos e estudos antropológicos.

As promessas de demarcação da área **krikati**, feitas pela Funai, datam de 1971. A primeira proposta da área a ser demarcada foi redigida pela antropóloga Dolores Newtons. Essa proposta, datada de 1975, previa a formação de um território contínuo, de 136.800 hectares, para os **Gavião** e os **Krikati**. Devido às pressões de interesses regionais (políticos e latifundiários), a proposta original do território **krikati** foi depois reduzida para 85.500 hectares.

Atualmente, o processo da área está emperrado na Justiça. Encontra-se sub judice. Tudo começou em 1980. Nesse ano, comandados pela família Milhomem, fazendeiros impetraram uma ação judicial que visava a sustação da demarcação administrativa que a Funai estava fazendo. Os impetrantes da ação judicial, em número de 108 fazendeiros, reivindicavam, na época, que as terras indígenas fossem delimitadas em torno de apenas 10 mil hectares — uma estreita faixa de terra espremida entre as áreas de presença civilizada que se avizinham da aldeia Taboquinha. Em agosto, ao visitar essa aldeia, percebemos que políticos e posseiros permanecem atentos a quaisquer movimentações quanto à demarcação, e mantêm algum grau de organização, com eventuais reuniões em Montes Altos.

E, qual o comportamento dos **Krikati** frente à demarcação de seu território? Indagado sobre o assunto, o cacique Benjamin Krikati respondeu que sua área não é grande. "É só 85.500 hectares. Mesmo assim, por que está demorando a sair demarcação? Funai falou que ia demarcar em agosto do ano passado". Na visita à aldeia Taboquinha, vimos, porém, uma clara divisão na comunidade **Krikati**, em relação à demarcação. A situação é essa: as mulheres não aceitam a demarcação, com medo de conflitos; os homens estão preocupados com a construção de casas de alvenaria — uma necessidade criada pelo Projeto Carajás; e os jovens só querem saber de bicicletas e festas.

Wexwa, cantor das festas **krikati**, mostra-se preocupado com o fato de hoje ter dificuldades em reunir os índios no pátio central da aldeia local de reuniões e de festas. O Projeto Carajás, com a injeção de dinheiro implementada em Taboquinha, vem desestruturando a resistência cultural dos **Krikati**. Até quando?

Antônio José Reis

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

Porantim

Data:

12/85

Class.:

Pg.:

7